



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos Recurso Contencioso Eleitoral n.º 16/2020, em que é recorrente o grupo de cidadãos, denominado **LSCP - Liga da Sociedade Civil Praia** e recorrida a **Assembleia de Apuramento Geral da Praia**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 55/2020

(LSCP v. AAG-Praia, sobre distribuição de mandatos a candidaturas que não tenha obtido representação por aplicação exclusiva do Método de Hondt para efeitos de garantir maior representatividade social e legitimidade)

I. Relatório

1.1. Os “grupos de cidadãos da LSCP (Liga da Sociedade Civil Praia), na qualidade de concorrentes à eleição municipal, tanto à Assembleia com[o] para a Câmara”, vem a este Tribunal, “mui respeitosamente, expor e solicitar o seguinte”:

1.1.1. “Do resultado das eleições municipais, na cidade da Praia concorreram 8 listas dentre as quais a LSCP, cuja candidatura independente de grupos de cidadãos tendo como móbil dar a sua contribuição cívica para, não só ter uma maior democratização do país, mas também, promover uma candidatura cuja participação dos cidadãos estariam representados por uma mulher, cumprindo assim a Lei da Paridade que estimula a participação feminina, obtendo 2% dos votos expressos”;

1.1.2. “Estas eleições foram realizadas num contexto atípico da pandemia do Covid-19, com implicações diretas na abstenção que foi superior a 56%, facto que torna a legitimidade dos representantes eleitos pouco sustentável”;

1.1.3. “Das 8 listas apresentadas, nenhuma teve a maioria absoluta dos votos expressos, pelo que a repartição das vagas existentes tanto para a Câmara como para a Assembleia conduziu a uma repartição dos mandatos para as duas listas mais votadas, obedecendo ao critério do sistema de representação proporcional através [do] método de Hondt, obtendo os respetivos mandatos”;

1.1.4. *“Entretanto, sobraram 3 mandatos para a Câmara e 6 para a Assembleia que caso se associe o método supra mencionado ao do Maior Resto, as 3 listas mais votadas com 2% dos votos expressos, poderiam ter um mandato cada na Câmara e 2 na Assembleia Municipal, reforçando assim a representatividade dos cidadãos cujo dever cívico cumpriram”;*

1.2. Face ao que expõe, *“vimos solicitar à V.exa., na qualidade de entidade máxima na resolução de questões eleitorais, se digne mandar autorizar nos termos da lei”;*

1.2.1. *“Atribuir aos 3 grupos menos votados, mas com maiores restos, que obtiveram 2% ou mais, dos votos expressos nas urnas, os mandatos sobrantes, sendo a cada um, 1 (um), mandato à Câmara e 2(dois), à Assembleia Municipal”;*

1.2.2. *“Em caso de impossibilidade da condição na a), permitir uma coligação entre a LSCP (Liga da Sociedade Civil Praia), PP (Partido Popular), MJT (Movimento Justiça e Trabalho) e DSB (Dja Sta Bom), representando no total cerca de 5% dos votos expressos, como forma de assim poderem ter uma representação no colégio eleitoral da Praia, liderados pela LSCP (ver documentos em anexo)”.*

1.3. Arrematam indicando as bases normativas que sustentam o seu pedido citando um conjunto de normas constitucionais sobre a natureza democrática do Estado e o conteúdo do Estado de Direito Cabo-Verdiano (artigo 2º), o reconhecimento da soberania popular e da subordinação do Estado e dos seus atos à Constituição (artigo 3º) e o princípio do exercício do poder político (artigo 4º).

2. Tramitou no Tribunal Constitucional da seguinte forma:

2.1. Feito o sorteio a 27 de novembro coube a relatoria ao JC Pina Delgado.

2.2. Decorreu despacho de sua lavra exarado a 30 do mesmo mês determinando a notificação de todas as outras candidaturas admitidas ao sufrágio de 25 de outubro e promovendo pedidos de elementos dirigidos à Comissão Nacional de Eleições e à Assembleia Municipal da Praia.

2.2.1. Estas duas instituições satisfizeram os pedidos feitos pelo Tribunal, enviando os elementos solicitados.

2.2.2. Das candidaturas notificadas entre 1 de dezembro e 3 de dezembro somente o Partido Africano da Independência de Cabo Verde entendeu por bem responder, chamando a atenção para um conjunto de aspetos que serão sumarizados mais adiante e para o facto de estar a fazê-lo sem ter tido acesso à peça de impugnação e respetivo carimbo ou informação sobre o registo da data de entrada, os quais também não haviam sido mencionados no texto do despacho.

2.3. Tomando conhecimento de que a notificação fora feita sem que estes elementos estivessem presentes,

2.3.1. O relator determinou a repetição da mesma acompanhada da peça de impugnação e do carimbo de receção para que as candidaturas concorrentes pudessem ter na sua posse todos os elementos necessários a um informado exercício do contraditório.

2.3.2. Executado o despacho e transcorrido o prazo previsto pela lei, nenhuma candidatura, além da mencionada do PAICV, que substitui a sua peça na parte referente à tempestividade do recurso, optou por responder ao recurso interposto pela recorrente, tendo algumas reagido no sentido de não se mostrar necessário apresentar qualquer resposta (LUTA e UCID).

2.4. A peça subscrita por um escritório de advogados devidamente mandatado pela candidatura do PAICV conforme procuração forense autuada a f. 154 foi construída a partir de três argumentos básicos:

2.4.1. Primeiro, que o recurso é extemporâneo porque, de acordo com a sua interpretação, na medida em que, tendo-se realizado as eleições autárquicas a 25 de outubro, com a decorrente publicação dos resultados eleitorais no dia 29 de outubro pelas 14:00, a impugnação deveria ter sido submetida até 30 de outubro. Sendo assim por aplicação remissiva do artigo 434 alínea c) do Código de Processo Civil a petição deve ser liminarmente indeferida, e, ao abrigo do número 3 do artigo 452 do mesmo diploma, na medida que se configura numa exceção perentória de prescrição, “os candidatos admitidos absolvidos totalmente do pedido”;

2.4.2. Dando como verdadeiro o alegado que a aplicação do Método de Hondt conduziu a uma repartição dos mandados às duas forças políticas mais votadas e aceitando que a LSCP se candidatou para dar a sua contribuição cívica liderada por uma mulher e

que essa candidatura obteve 2% dos votos, impugna a tese da reduzida legitimidade dos candidatos eleitos e, sobretudo, que haveria mandatos sobranes que deveriam ser distribuídos para as candidaturas com maiores restos. Com o fundamento de que a distribuição dos mandatos para a Câmara Municipal da Praia, conforme atestado pelos representantes da recorrente, foi feita com respeito pelo artigo 433 do Código Eleitoral que impõe a utilização exclusiva do Método de Hondt, não admitindo a aplicação do Método do Maior Resto, o qual, aliás, e na sua interpretação, não só é ilegal, como é inconstitucional por desconforme ao artigo 105 que ordena que a conversão de votos em mandatos se faça de acordo com o princípio da representação proporcional, salvo nos casos previstos na legislação eleitoral. Acrescenta que mesmo recentemente quanto se cogitou discutir a aplicação do Método do Maior Resto alterando-se os artigos 105 da CRCV e 433 do CE não se gerou qualquer consenso nesta matéria entre os partidos políticos com representação parlamentar. Assim sendo, conclui que o Método de Hondt foi devidamente aplicado e os mandatos devidamente distribuídos nos termos da lei, método esse que não aceita a aplicação do método do maior resto, devendo improceder o pedido da recorrente.

2.4.3. Em relação ao pedido de aceitação de uma coligação pós-eleitoral manifesta o entendimento de que não obstante a Constituição mencionar a possibilidade de coligações serem promovidas também por grupos independentes em eleições autárquicas, os artigos 340; 342, nº 2, 4 e 5, 344, nº 1, indicam uma clara intenção e determinação do legislador de que qualquer coligação deve ser apresentada antes da realização das eleições, especificamente até ao início do prazo de apresentação das candidaturas. “*Razão por que, mais uma vez, [deve] improceder o pedido da ora Recorrente!*”, arremata.

2.4.4. Agora, usando diretamente a formulação vertida para a sua peça de resposta na parte das conclusões e pedidos, diz que “*A. O recurso eleitoral, ora interposta pela LSCP é intempestivo, porquanto, tendo sido os resultados da Assembleia de Apuramento Geral do Município da Praia publicados em Edital a 29 de Outubro de 2020, pelas 14h00, o Recurso, nos termos das disposições combinadas dos arts. 116º e 117º da LOFTC, deveria ter sido interposto no dia seguinte, isto é, a 30 de Outubro de 2020. B. Não o tendo sido, deve a petição inicial ser liminarmente indeferida nos termos do art. 434º, al. c) do CPC, ex-vi art. 50º da LOFTC. C. Ainda, se diferentemente se entender, devem os demais candidatos ser absolvidos do pedido, por força da excepção peremptória de prescrição, conforme o art. 452º, nº 3 do CPC ex-vi art. 50º da LOFTC. Ainda, D. Das disposições*

*combinadas dos arts. 105º da CRCV e 433º do CE, é inadmissível a aplicação do Método de Maior Resto, porquanto na República de Cabo Verde a conversão dos votos faz-se pela aplicação do método de Hondt! E. Sendo assim, improcedente o pedido de aplicação de Método de Maior Resto! F. Nos termos dos arts. 106º da CRCV, 340º, 343º, nºs 2, 4 e 5, e 344º, nº 1 do CE, as coligações, de partidos ou de cidadãos independentes (para as eleições autárquicas) devem ser registadas ANTES da data do início de apresentação das candidaturas. G. Pelo que, é inadmissível a coligação APÓS a realização das eleições. H. Devendo assim, e mais uma vez, improceder o pedido do ora Recorrente”. Nestes termos, e nos demais da Lei e do Direito que Vossas Excelências doutamente suprirão, deve: a. Ser a petição inicial ser liminarmente indeferida, por caducidade; b. Ser considerada procedente a exceção peremptória de prescrição, absolvendo-se as candidaturas do pedido; ou, se diferentemente se entender e **ad cautelam**; c. Ser considerado improcedente o pedido de aplicação do Método de Maior Resto por inadmissibilidade constitucional e legal; d. Ser considerado improcedente o pedido de coligação PÓS-ELEITORAL, por inadmissibilidade constitucional e legal”.*

2.5. Depois de analisado todo o processado, a 21 de dezembro o Relator depositou o projeto de acórdão e solicitou a marcação de sessão do Tribunal dentro do prazo legal para se apreciar e decidir o recurso.

2.6. Marcado por despacho do Presidente do Tribunal Constitucional para o dia 22 de dezembro, realizou-se nesse dia, iniciando-se pela intervenção da entidade que preside, e com a subsequente apresentação do projeto e dos votos de todos os juizes conselheiros em sentido convergente à proposta de encaminhamento nele contida e cujos termos se apresenta a seguir:

II. Fundamentação

1. Este recurso é marcado pelos seguintes factos relevantes que o Tribunal deve dar por provados, na medida em que disso depende a própria avaliação da admissibilidade do recurso.

1.1. Antes do sufrágio, a candidatura da recorrente foi admitida pelo Tribunal Judicial da Comarca da Praia, conforme se atesta do despacho de 22 de setembro de 2020, prolatado pelo Meritíssimo Senhor Juiz titular do 3º Juízo Cível a ff. 327-328 dos Autos de

Apresentação de Candidatura nº 39/2020, e da publicação promovida pela Comissão Nacional de Eleições contendo as “Listas Concorrentes às Eleições Municipais de 25 de outubro de 2020 no *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*, II Série, nº 143, de 12 de outubro de 2010, pp. 1411-1412.

1.2. Nos autos de apresentação de candidatura também constam documentos comprovativos de que os candidatos das listas apresentadas pela recorrente aceitaram a indicação da Senhora Avenina Ramos Fortes, como candidata do Grupo à Assembleia Municipal e como sua mandatária, com tal a ser também reconhecido pela supramencionada publicação das “Listas Concorrentes às Eleições Municipais de 25 de outubro de 2020” no *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*, II Série, nº 143, de 12 de outubro de 2010, p. 1411, contendo inscrição “Mandatário da Lista. Nome Completo Avenina Ramos Fortes” (1ª coluna).

1.3. É notório que a recorrente se apresentou às eleições de 25 de outubro de 2020 e que obteve, conforme decorre da análise da Ata da Assembleia de Apuramento Geral na votação para a Câmara Municipal da Praia um total de 753 votos ao passo que o PAICV teve 17.479, o MPD angariou 16.559, o LUTA 790, a UCID 721, o PP 408, o MJT 385 e o DSB 189, perfazendo 2% dos votos, e para a Assembleia Municipal um total de 820 votos, abaixo do PAICV que obteve 17.347, do MPD com 16.084, do LUTA com 887, da UCID com 876, e acima do PP com 532, do MJT com 451 e do DSB com 221, perfazendo 2,1% dos votos .

1.4. Com base nessa votação a conversão de voto em mandatos foi feita pela Assembleia de Apuramento Geral com recurso ao Método de Hondt, conduzindo a uma distribuição exclusiva aos partidos mais votados de forma alternada e com um mandato a mais a caber ao que obteve o maior número, o PAICV (Ata de Apuramento Geral da Eleição dos Titulares dos Órgãos Municipais, pp. 53-54 autuada a ff. 71-72).

1.5. O apuramento geral foi registado em ata e as decisões tomadas divulgadas publicamente através de afixação de edital que ocorreu no dia 30 de outubro às 13:00 na Câmara Municipal da Praia (Edital do Apuramento Geral autuado a f. 132 e ss com a informação a f. 138).

1.6. Os resultados eleitorais apurados e a distribuição de mandato foi publicitada pelo Edital nº1/Eleições Municipais/2020, de 3 de novembro, publicado no *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*, II Série, nº 161, de 6 de novembro, p. 1674.

1.7. Conforme atas disponibilizadas pela Assembleia Municipal da Praia, realizou-se cerimónia de Instalação da Assembleia Municipal da Praia no dia 2 de novembro pelas 17:40 sendo investidos nas suas funções os deputados municipais eleitos.

1.8. A recorrente interpôs o presente recurso no dia 19 de novembro.

1.9. Não se dá por provado que os integrantes da Câmara Municipal foram investidos às 16:00 do dia 2 de novembro, ainda antes dos membros da Assembleia Municipal.

2. Recurso este que é marcado por uma pretensão que se configura num dos mais inusitados pedidos que a jurisdição eleitoral cabo-verdiana já terá recebido na sua curta existência, o de ser o Tribunal Constitucional a determinar a distribuição de mandatos com aparente fulcro em normas que criaria para o caso concreto a fim de garantir objetivos que a recorrente entenderá superiores e que a beneficiam.

2.1. Como é evidente, num âmbito de intervenção da jurisdição, o eleitoral, em que a manutenção das regras definidas para o jogo impõe um dever de autocontenção ao Tribunal Constitucional que somente perante um quadro normativo muito claro ou uma situação evidente de aplicação de normas inconstitucionais teria legitimidade para atuar.

2.1.1. E o grande problema que o Tribunal se depararia neste caso seria sempre de não haver bases jurídicas muitas claras ou pelo menos não muito cristalinamente formuladas pelo telegráfico arrazoadado apresentado a este Tribunal. Se ainda se consegue chegar às pretensões da recorrente. As de que se lhe atribua, bem como a mais duas candidaturas com menor votação, mas maiores restos, e que obtiveram 2% de votos ou mais, um mandato na câmara e dois na Assembleia Municipal respetivamente ou, alternativamente, não se podendo de conceder tal pedido, que se permitisse uma coligação entre si, o Partido Popular, o Movimento Justiça e Trabalho e o *Dja Sta Bon* como forma de terem, sob sua liderança, alguma representação nos órgãos municipais, é objetivamente muito difícil identificar a fundamentação que a suporta.

2.1.2. No seu arrazoado a recorrente limita-se a remeter, sem grande desenvolvimento, a, primeiro, a natureza da sua candidatura, na medida em a sua participação conduziria a uma maior democratização do país e a oportunidade de uma representação dos cidadãos praienses serem representados por uma mulher, cumprindo a Lei da Paridade; segundo, para o facto de que em razão da pandemia do SarsCov 2 a legitimidade dos eleitos seria, na sua dicção, “pouco sustentável”; terceiro, que nenhuma das listas teve maioria absoluta quer na eleição para a Câmara, quer para a que elegeu os deputados municipais, o que levou a uma divisão de mandatos baseada na aplicação do Método de Hondt e a uma sobra de 3 mandatos na Câmara e 6 na Assembleia. Assim, a aplicação do Método do Maior Resto levaria a que fossem distribuídos às três listas mais votadas com 2% de votos expressos, respetivamente um mandato na Câmara e dois na Assembleia, do que decorreria uma maior representatividade dos cidadãos que cumpriram o seu dever cívico. E em seguida a remeter genericamente a um conjunto de normas constitucionais sobre a natureza democrática do Estado e o conteúdo do Estado de Direito Cabo-Verdiano (artigo 2º), o reconhecimento da soberania popular e da subordinação do Estado e dos seus atos à Constituição (artigo 3º) e os princípios do exercício do poder político (artigo 4º), sem precisar especificamente a que título e para que efeitos.

Neste caso, uma apresentação precisa dos fundamentos seria importante porque uma intervenção do Tribunal Constitucional enquanto Supremo Tribunal Eleitoral não pode decorrer de qualquer poder de distribuição de mandatos eleitorais. Como é evidente, numa democracia constitucional quem determina as eleições é o povo no quadro de regras pré-estabelecidas, em última instância legitimadas pela Constituição e vertidas para a legislação eleitoral. Por conseguinte, a menos que a distribuição de mandatos tenha sido feita de forma ilegal ou se a regra codificada aplicada para a fundamentar seja inconstitucional, isso não seria assunto sobre o qual esta Corte da Democracia poderia se pronunciar.

2.1.3. Neste sentido, se a intenção da recorrente é que o Tribunal lhe distribua mandatos no executivo camarário ou no órgão deliberativo municipal pelo facto de, sem mais, disso resultar maior representação da sociedade civil ou porque teria o efeito de proporcionar a participação de mais mulheres nos órgãos locais é evidentemente que estaríamos perante um *non sequitur*, o mesmo ocorrendo com o fundamento de que as eleições não são legítimas por terem tido taxas de abstenção altas, já que em nenhum momento a Constituição ou a Lei condiciona a validade dos resultados eleitorais a números mínimos

de participação no sufrágio. Porque ainda que seja possível que tais níveis de abstencionismo eleitoral possam relacionar-se à terrível situação da pandemia, a partir do momento em que foram marcadas e realizadas nos termos da Carta Magna e da legislação eleitoral aplicável nenhuma mancha jurídica se pode apor aos resultados sob um prisma jurídico-público, até porque numa República livre em que o voto é uma faculdade, ainda que um dever cívico, qualquer cidadão teria a liberdade jurídica para ponderar os riscos que eventualmente se colocassem a essa participação. Além disso, a haver hipoteticamente este decréscimo de legitimidade ele não seria resolvido pela atribuição monocrática de mandatos por um tribunal que, sendo efetivamente um órgão de proteção da democracia para evitar que ela seja pervertida por atos inconstitucionais ou ilegais, pela sua natureza não pode substituir o povo no exercício do seu poder soberano.

2.1.4. Mesmo o pedido alternativo de o Tribunal permitir uma coligação pós-eleitoral para efeitos de distribuição de mandatos entre a recorrente, o Partido Popular, o Movimento Justiça e Trabalho e o Grupo *Dja Sta Bon* para efeitos de distribuição de mandatos não é uma pretensão minimamente viável que remotamente pode ser reconhecida por este Tribunal, primeiro porque sempre seria muito duvidoso que a Constituição ou a legislação eleitoral permita que os grupos de cidadãos constituam coligações entre si e muito menos com partidos políticos como propõe a recorrente; segundo, porque, mesmo que fosse possível, qualquer coligação decorre de um acordo de vontades tendentes a promover um objetivo comum. Nunca poderia haver uma coligação que decorre da exclusiva vontade da recorrente sem qualquer consentimento quanto à sua criação e liderança por parte dos seus putativos parceiros, que, inclusive, na resposta não se manifestaram sobre isso, o que não deixa de ser sintomático; terceiro, ainda que por hipótese um sistema eleitoral permitisse coligações pós-eleitorais, exclusivamente para efeitos de conversão de votos em mandatos e o nosso está muito longe de o possibilitar, muito dificilmente tal pedido poderia dar entrada depois da distribuição de mandatos; por fim, esta pretensão nunca poderia ser qualificada como um recurso, mas como um pedido de constituição de coligação pós-eleitoral, não cabendo ao Tribunal pronunciar-se a respeito no quadro dos presentes autos de recurso eleitoral.

2.1.5. Portanto, a única questão com que o Tribunal poderia em tese lidar seria a que aparentemente questiona o método de distribuição de mandatos adotado, o de Hondt, propondo o que parece ser uma correção ao mesmo a partir do Hamiltoniano Método do

Maior Resto. Mesmo que tais pretensões coloquem ao Tribunal desafios hercúleos porque, no primeiro caso, o pedido é que, perante a perda de votos ocasionada pela aplicação do Método de Hondt, com a consequente perda de representação dos 753/820 munícipes que a ela confiaram o seu voto e os 2493/2967 que sufragaram outras candidaturas que não receberam mandatos, seja atribuído aos grupos menos votados, mas que obtiveram 2% ou mais dos votos expressos um mandato sobranete cada na Câmara Municipal e dois na Assembleia Municipal, sem que se consiga definir se por grupo querem dizer qualquer candidatura que se enquadre nesses critérios ou somente os grupos de cidadãos com a consequente exclusão dos dois partidos políticos que concorreram e aos quais a Assembleia de Apuramento Geral não atribuiu qualquer mandato, até porque um deles, a UCID, neles se enquadraria.

Além disso, o que a recorrente parece querer não é simplesmente a aplicação do Método do Maior Resto como substituto do Método de Hondt, a única alternativa porque este não é suscetível de ser completado por aqueles até porque, como decorre até da operação conduzida pela Assembleia de Apuramento Geral da Praia, esta não deixa mandatos por distribuir, nem considera restos. Assim considera o Tribunal porque a argumentação da recorrente é mais radical do que isso. É aplicar o método do maior resto, mas também excluir da distribuição que decorre das sobras não aproveitadas da aplicação primária do quociente de distribuição apurado pela divisão entre o número total de votos validamente expressos, portanto com a exclusão de votos nulos e em branco, as candidaturas que já tenham recebido mandatos. No caso concreto, o que decorre da sua argumentação no fundo seria a exclusão do Partido Africano da Independência de Cabo Verde e o Movimento para a Democracia da distribuição dos restos. E não é assim que o método dos maiores restos funciona. Outrossim, integra todas as candidaturas, de tal sorte que mesmo aquelas que já tenham recebido mandatos por ultrapassaram a quota de distribuição acaso tenham votos não aproveitados concorrem com as demais.

Sendo assim o que o recorrente está a pedir ao Tribunal Constitucional é praticamente para contornar as regras aplicáveis, utilizando um método especificamente desenhado simplesmente para que a recorrente obtenha mandatos à margem do seu apelo eleitoral. E duplamente porque, primeiro, seria já por si só extraordinário chegar à conclusão de que o Código Eleitoral ao estabelecer através do número 1 do artigo 433 que “*a conversão de votos em mandatos para o órgão deliberativo municipal faz-se em obediência ao método*

de representação popular correspondente à média mais alta de Hondt, nos termos aplicáveis às eleições dos deputados”, remetendo assim para o artigo 416 – que explicita o modo como são aplicadas as operações necessárias à distribuição – como admitindo a utilização complementar do Método dos Maiores Restos, e não exclusivamente esse método desenvolvido pelo conhecido jurista belga Victor d’Hondt. Ainda mais porque é o que se vem aplicando a todas as eleições que impõe distribuição proporcional de mandatos desde os primeiros momentos do multipartidarismo em Cabo Verde, decorrendo de uma escolha livre e ponderada do legislador, pois, como diz o Mário Silva no seu importante Código Eleitoral Anotado, 3ª ed., Praia, Pedro Cardoso Livraria/ISCJS, 2020, ficando aberta, do ponto de vista constitucional, “*a possibilidade de a lei eleitoral escolher de entre os sistemas proporcionais, qual o mais adequado, (...) escolheu o método de Hondt*” (p. 497), o qual, na sua opinião, se insere numa intenção de se conciliar “*justiça na representação e homogeneidade na gestão municipal*” (p. 498).

Ademais, porque o recurso ao Método do Maior Resto, mesmo considerando o quociente de Hare que mais favorece as candidaturas pequenas, no caso concreto não conduziria ao número de mandatos que a recorrente pretende obter, a menos que se excluísse as duas candidaturas mais votadas. Caso contrário, levaria a uma distribuição inicial de quatro mandatos para o PAICV e três para o MPD na Câmara, baseada no quociente apurado a partir da divisão entre o total de votos válidos, que importam, e o número de mandatos a distribuir, com os remanescentes dois a caberem às duas candidaturas com maiores restos eleitorais, o MPD e o PAICV, exatamente igual ao resultado resultante da aplicação do Método de Hondt; e na Assembleia Municipal a levar a distribuir nove mandatos cada para as duas únicas candidaturas que ultrapassam o quociente eleitoral e os restantes três à razão de um para o PAICV, um para o LUTA e um para a UCID, que ficam com as maiores sobras. A única hipótese em que de alguma forma algum mandato caberia à recorrente seria se o cálculo excluísse o MPD e o PAICV que ficaram com maiores restos eleitorais nas eleições para a Câmara e o PAICV da distribuição na Assembleia Municipal.

Assim sendo, quiçá para realizar o que a recorrente entenderá como um alto propósito de garantir maior representatividade social na Câmara e na Assembleia, de permitir que mais mulheres acedam aos órgãos camarários ou de salvar a legitimidade destas eleições, o Tribunal estaria a promover o que, na prática é um golpe de Estado em ponto pequeno.

Naturalmente, nenhuma Corte que respeite os limites das suas funções constitucionais poderia alinhar em aventuras hermenêuticas do tipo. Não só em relação à Assembleia Municipal em que até se pode colocar com maior acuidade questões de representação proporcional, que, em todo o caso, não pode conduzir a extremos de se achar que no quadro do nosso sistema constitucional que consagra não só um Estado Democrático, mas também um Estado Republicano, haverá que assegurar representação a todas as tendências independentemente da sua real representatividade eleitoral, mas sobretudo para a Câmara Municipal, órgão executivo em que, malgrado a possibilidade de pluralidade que se coloca quando não há maioria, a governabilidade sobrepõe-se à representatividade. Repetindo-se para que dúvidas não subsistam nesta matéria: o Tribunal é, nesta matéria, um mero guardião das regras do jogo, limitando-se a aplicá-las da forma como concebidas pelos representantes do povo desde que conformes à Lei Fundamental da República. Não foi dotado de poderes, nem possui legitimidade para as criar e muito menos para as alterar depois dele estar finalizado, transformando indevidamente insucessos performativos em resultados positivos.

2.1.6. A predisposição de o Tribunal acolher aplicações extensivas do princípio democrático e do alcance da representação é mínima, como, de resto decorre do que assentou através do Acórdão nº 7/2018, de 29 de março, *Joaquim Monteiro v. STJ*, sobre recusa de concessão de subvenção de campanha eleitoral decorrente de aplicação de norma inconstitucional, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, nº 21, de 11 de abril de 2018, pp. 505-530, em que se explicitou, num outro contexto de interpretação do princípio da democracia pluralista, que se aplica à questão do financiamento por maioria de razão de aplicaria à conversão de mandatos em votos, dizendo-se que *“o princípio da democracia pluralista não é mais do que a materialização de uma ideia básica de uma democracia que se assenta em partidos políticos, com momentos destinados a escolher, de forma livre, periódica e frequente, concorrencial e competitiva, os seus representantes, e que propiciem ao povo, que detém o poder político originário, escolhas reais quando tem de o delegar, e garanta a possibilidade de alternância no poder e na governação. A construção normativa originária mantém-se ainda em vigor, embora não seja decisivo, atendendo que poderia ter havido alguma indicação constituinte de uma vontade no sentido de se acoplar uma dimensão participativa mais intensa que pudesse sufragar a leitura do recorrente. De um ponto de vista teórico, a preocupação é evidente, falando-se precisamente em giros participativos, deliberativos, populares ou até radicais, e certos episódios denotem a*

emergência de noções sociais fortes que abarcam essa perspectiva entre nós, num sentido mais positivo, ou em deixas mais negativas de se criticar as limitações, o 41 desajustamento, o arcaísmo do modelo democrático atual. Naturalmente, o Tribunal Constitucional acompanha com grande interesse esses desenvolvimentos e seguramente todos os seus membros terão as suas opiniões a respeito. Só que isso ultrapassa o papel constitucional desse órgão, considerando que, em última instância, o que contará é a sua adoção explícita pelo legislador constituinte ou, no mínimo, indicações de sua intenção de acolher essas perspectivas no quadro do conceito constitucional de democracia. (...) É, por esses motivos, muito difícil conceber o princípio da democracia pluralista com um corolário de democracia participativa ou deliberativa do qual se pudesse extrair algum dever de o Estado não só permitir que qualquer cidadão, cumpridas as condições constitucionais e legais, se possa candidatar ao cargo de Presidente da República, como tenha em razão desse pluralismo, de garantir as condições financeiras que possam viabilizar tais pretensões. Por conseguinte, não se podendo inferir tal feixe normativo da diretriz constitucional invocada o Tribunal não pode considerar que a disposição à qual se imputa um vício de inconstitucionalidade tenha efetivamente atingido o princípio da democracia pluralista. O que não significa que esse efeito não possa decorrer de outra base ou de outros argumentos apresentados pelo recorrente, os quais serão analisados a seguir” (para. 9.7-9.8). E do que tinha deixado assentado quanto teve a oportunidade de interpretar ao outro número da mesma disposição quando sobre ela teve a oportunidade de se pronunciar por meio do Acórdão nº 22/2016, de 16 de setembro, Alcides Graça v. AAG-SV, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 59, 14 de outubro de 2016, pp. 1994-2010.

2.2. Seja como for, admitindo-se que a recorrente está a agir de boa fé e que estará a impugnar a distribuição dos mandatos feita pela Assembleia de Apuramento Geral da Praia por acreditar que não se utilizou o método constitucionalmente mais adequado independentemente de quem dele se beneficie, levando a que se colocasse as questões de fundo de se saber se:

2.2.1. Primeiro, a Assembleia de Apuramento Geral da Praia violou a Lei ao não distribuir às candidaturas que obtiveram 2% ou mais de votos pelo menos um mandato na Câmara e dois na Assembleia municipais ao aplicar exclusivamente o Método de Hondt para os distribuir integralmente para as duas candidaturas mais votadas;

2.2.2. Segundo, se o número 1 do artigo 433 do Código Eleitoral que impõe a utilização do Método de Hondt, na medida em que deixa as candidaturas menos votadas sem qualquer representação deve ser desaplicado por ser inconstitucional por violação dos princípios do Estado Democrático e do pluralismo de expressão e de organização político democrática, da soberania popular e do exercício do poder político através do sufrágio.

3. Todavia, a apreciação das questões de fundo que decorrem do pedido colocado pela recorrente depende de estarem reunidos os pressupostos gerais de admissibilidade e os pressupostos especiais e inexistirem razões legalmente fundadas que obstem ao seu conhecimento por esta Corte, nomeadamente de inutilidade superveniente da lide.

3.1. Em relação aos pressupostos gerais de legitimidade, competência e tempestividade, o Tribunal já se havia pronunciado no contexto do Acórdão nº 22/2016, de 16 de setembro, *Alcides Graça v. AAG-SV*, Rel: JC Pina Delgado, para. 2. Assim sendo, limita-se a aplicar as suas orientações para definir os parâmetros destinados a aferir a admissibilidade deste recurso:

3.1.1. A legitimidade da recorrente é assegurada pelo regime jurídico aplicável a este recurso na medida em que o artigo 252 do Código Eleitoral que dispõe sobre os recursos contenciosos de irregularidades ocorridas no decurso da votação ou apuramento, reza que *“da decisão (...) podem recorrer (...) os candidatos à eleição pelo respetivo círculo, bem como os respetivos mandatários”*. Na medida em que a signatária, Senhora Avenina Ramos Fortes, foi mandatária da LSCP às eleições, o que se deu por provado, esta condição de recorribilidade estaria assegurada, não sujeitando o preenchimento deste pressuposto qualquer interrogação adicional.

3.1.2. Não haverá dúvidas de que o Tribunal Constitucional é competente, pois, não obstante, o número 1 do supracitado artigo da legislação eleitoral estar redigido em termos segundo os quais *“da decisão desta cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça”*, o artigo 4º Lei nº 56/VII/2010, de 9 de março, que aprovou a última alteração a esse diploma estruturante, dispôs que *“[c]om exceção do disposto no número 2 do artigo 20º, consideram-se como feitas ao Tribunal Constitucional todas as referências do Código Eleitoral ao Supremo Tribunal de Justiça, (...)”*.

Seja como for, a Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, que sempre prevaleceria sobre qualquer limitação jurisdicional prevista pelo Código Eleitoral, fixa essa jurisdição ao rezar no número 1 do artigo 116, que “[o] *Tribunal aprecia os recursos interpostos sobre as irregularidades ocorridas no decurso da votação e do apuramento, parcial, intermédio ou geral, (...)*”. De resto, a inevitabilidade constitucional para que tal competência seja reconhecida a esta Corte já havia sido assentada através do supracitado Acórdão 22/2016, de 16 de setembro, Rel: JC Pina Delgado, quando se asseverou que “[n]a sua douta peça impugnatória, o recorrente estriba-se nos artigos 399 e 400 do Código Eleitoral, sendo que este último, relevante para a questão específica que nos ocupa neste segmento, estabelece que “o recurso é interposto no dia seguinte ao da afixação dos editais que tornem público os resultados dos apuramentos parcial e geral, (...)”. Todavia, para o Tribunal não será esta a norma que estabelece o regime de prazos aplicável ao contencioso de apuramento geral de eleições de titulares de órgãos municipais, que é a situação que temos em mãos. É que este dispositivo integra o Capítulo XIII do Título IV relativo a disposições especiais aplicáveis à eleição do Presidente da República, denominação suficientemente eloquente sobre o seu objeto. Assim sendo, somente se podia discutir eventual aplicação dessa disposição caso não houvesse regulação específica sobre esta matéria no ordenamento jurídico cabo-verdiano. Essencialmente pelo mesmo motivo também não se pode constituir na base jurídica para a determinação desta questão o número 2 do artigo 116 da Lei de Organização e de Processo do Tribunal Constitucional que dispõe que “os referidos no [...] número [...] antecedente [...] devem ser interpostos no dia seguinte ao da afixação de editais que tornem públicos os resultados do apuramento parcial ou geral”. Se se atentar à sistemática desta disposição, ver-se-á facilmente que faz parte do Capítulo II do Título V (Processos Eleitorais) referente ao processo relativo à eleição do Presidente da República. O Código Eleitoral também se pronuncia sobre prazos recursais, estabelecendo no artigo 253 que “o recurso é interposto no prazo de dois dias a contar do dia da prática do acto objeto de reclamação, protesto ou contraprotesto e deve ser decidido no prazo de três dias”. Todavia, a que recurso se referirá? A qualquer recurso que tenha a ver com irregularidades cometidas no decurso da votação ou do apuramento na assembleia de voto ou também das deliberações da assembleia de apuramento geral? É que o artigo 252 estabelece que “as irregularidades ocorridas no decurso da votação e apuramento, em cada assembleia de voto, podem ser objeto de reclamação, protesto ou contraprotesto para a mesa respetiva nos termos do artigo 201 e da decisão desta cabe

recurso para o Supremo Tribunal de Justiça”. Não seria, de facto, extraordinário, que o legislador, atendendo ao princípio da celeridade do processo eleitoral e às circunstâncias diferenciadas que marcam os dois momentos – da votação e apuramento parcial em assembleia de voto e de apuramento geral e outros atos da assembleia de apuramento geral -, fixasse prazos de recurso distintos, um mais alargado para o primeiro e um mais reduzido no segundo caso, respetivamente de dois e um dia (ou de vinte e quatro horas como se discutirá adiante). Assim sendo, ao se inserir a expressão “assembleia de voto” no texto do artigo 252 ao invés de singelamente dizer-se que “as irregularidades ocorridas no decurso da votação e apuramento, podem ser objeto de reclamação, protesto ou contraprotesto para a mesa respetiva nos termos do artigo 201 e da decisão desta cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça”, pelo menos de um ponto de vista textual, o legislador excluiu os atos praticados no decurso do apuramento geral.

2.1.2. Na verdade, o regime de prazos aplicável à situação que temos em mãos remete-nos para possível convocação conjunta da Lei de Organização e de Processo do Tribunal Constitucional e do Código Eleitoral. Isto porque, não se pronunciando o artigo 119 do primeiro diploma sobre a matéria, pois limita-se a estabelecer que “das decisões sobre reclamações ou protestos relativos a irregularidades ocorridas no decurso das votações e no apuramento parcial ou geral, respeitante às eleições para a Assembleia Nacional ou para os órgãos das autarquias locais, cabe recurso para o Tribunal Constitucional”, e sendo a legislação eleitoral subsidiária neste domínio, não haveria qualquer dúvida em recorrer a norma com tal natureza que dispõe sobre a matéria, que só pode ser o artigo 243 do Código Eleitoral, o qual prevê que “Das deliberações da assembleia de apuramento geral cabe recurso (...) a interpor no prazo de vinte e quatro horas a contar do apuramento geral”. Note-se que esta norma, do ponto de vista sistemático inserida na Secção II do Capítulo XII, faz parte do conjunto de regras gerais aplicáveis na ausência de regulação especial sobre apuramento geral de eleições de titulares de órgãos municipais, que não se encontra nesse instrumento legal. É prosaico dizer-se, mas percebe-se facilmente que o legislador fixou tais prazos exíguos em reverência ao princípio da celeridade que perpassa todo o contencioso eleitoral, tendo em conta o interesse público de estabilizar, pacificar e conferir certeza, com a brevidade possível, ao processo eleitoral e à representação decorrente. Sendo assim, tendo tais balizas temporais, o recurso, em tese, não dando entrada neste Tribunal até ao dia 8 de setembro, pelo menos até ao fim do dia, teria que ser considerado intempestivo, inabilitando o conhecimento do seu mérito por esta Corte. Fosse a lei aplicada com tais rigores, o inquérito quedaria por esta fase, prejudicando a avaliação do

fundo. 2.1.3. Portanto, sendo assim, considerando ser de vinte e quatro horas o prazo para se recorrer de ato de assembleia de apuramento geral em eleições autárquicas, caso não houvesse outros elementos a considerar, lógico seria concluir-se pela preclusão do direito ao recurso pelo seu não exercício no prazo previsto pela lei. (...)”.

3.1.3. Por fim, quanto ao pressuposto da tempestividade, cuja falta de preenchimento foi objeto de alegação do PAICV, o prazo a considerar seria o de 24 horas contados da afixação do edital. O carimbo apostado na primeira página da peça autuada mostra que a petição de recurso deu entrada no Gabinete do Presidente desta Corte no dia 19 de novembro de 2020 e autuado pela secretária na sequência de despacho daquela alta entidade no dia seguinte, mas em nenhum deles consta qualquer menção à hora. Sendo assim, haveria que se considerar que foi interposto até ao fecho do expediente no Tribunal às 17:00 para não se prejudicar a recorrente por ato que cabia a esta Corte. É facto notório e provado nos autos que tendo as eleições se realizado no dia 25 de outubro, o edital que publicou os resultados do apuramento geral foi afixado no dia 29 de outubro às 13h.

Disso decorre que o prazo de recurso expirava no dia seguinte, 30 de outubro, às 14:00, nos termos do regime de contagem já fixado pelo *Acórdão n.º 22/2016, de 16 de setembro, Alcides Graça v. AAG-SV*, Rel: JC Pina Delgado, segundo o qual, remetendo para a base legal e para anterior orientação da jurisdição constitucional cabo-verdiana dispõe que *“a esta reflexão não seria estranho o artigo 279 do Código Civil, o qual dispõe que “a fixação do termo são aplicáveis, em caso de dúvida, as seguintes regras: (...) b) na contagem de qualquer prazo não se inclui (...) a hora se o prazo for de horas, em que ocorrer o evento a partir do qual começa a correr”. O Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, já havia adotado esta orientação em contenciosos de apuramento geral, ao sustentar que *“Face ao transcrito e atento ao documento existente nos autos onde consta que o encerramento da assembleia de apuramento geral teve lugar às 15:00 do dia 25 de janeiro, o recorrente para impugnar tempestivamente as aludidas deliberações da MAG tinha que apresentar a respetiva secretaria do Tribunal até às 16:00 do dia 26 de janeiro de 2006 (...)”* (Acórdão n.º 3/2006, de 31 de janeiro de 2006, Jorge Nogueira v. AAG-São Filipe, Rel: Ilegível, p. 3)”*.

Ocorre que o Tribunal já havia entendido num outro recurso de decisão de assembleia de apuramento geral de distribuição de mandatos (Graça v. AAG-SV, remetendo para o anterior UCID v. AAG-SV) que seria possível, em homenagem ao

princípio de acesso à justiça e do direito ao recurso, admitir recursos interpostos um dia depois do termo do prazo e isentando o recorrente da multa prevista pelo Código de Processo Civil em razão da natureza graciosa do processo eleitoral. Fê-lo dizendo que *“Acresce que o Tribunal Constitucional já considerou que, em matéria de contencioso de apuramento geral, é também aplicável o número 4 do artigo 138 do Código de Processo Civil com o pronunciamento de que “Conclui-se que, apesar do atraso, o recurso pode ser admitido, ainda que o recorrente se sujeite ao pagamento de uma multa nos termos do número 4 do artigo 138 do CPC. Com a mesma preocupação de se privilegiar o conhecimento da matéria de fundo e a prolação de decisões de mérito sobre as quais se debrucem simplesmente sobre questões mais formais, consagrou-se a possibilidade de praticar atos processuais para além do prazo, nos termos das disposições invocadas, mas sempre com as devidas adaptações” (Acórdão nº 21/2016, de 16 de setembro, UCID v. AAG-SV, Rel: JP Pinto Semedo, p.11). Já havia salientado em tempos o JC Raúl Varela que “na dúvida sempre se entendeu que é adotar a solução que facilita a apreciação do recurso” (Declaração de Voto Vencido proferida nos Autos de Recurso Contencioso Eleitoral nº 12/2004), uma posição que também já tinha sido adotada por outros magistrados, nomeadamente pelo saudoso JC Eduardo Rodrigues que, também em voto vencido, salientou que “há que se dar a interpretação a mais abrangente possível no que tange ao acesso de interessados à justiça” (Voto vencido proferido nos Autos de Contencioso Eleitoral nº 06/2000, PAICV v. AAG-Tarrafal, Anexo, p. 15)”*.

Nada obstaria que o fizesse neste caso, podendo, então, eventuais impugnantes, protocolarem o seu recurso no dia 31 de outubro, que, malgrado ser um sábado, atendendo às regras combinadas dos artigos 264 e 265 do Código Eleitoral, poderia ser utilizado para a interposição de um recurso nos termos já decididos por este Tribunal (através do Acórdão 41/2020, de 4 de outubro, Rel: JC Aristides R. Lima, ainda não publicado), ou, quando muito na segunda-feira, caso lhe fosse impossível fazê-lo por facto que não lhe fosse imputável, por exemplo, situação em que a secretaria do Tribunal não estivesse aberta ou incontactável. Não foi isso que aconteceu porque, inexplicavelmente, deixou para interpor o recurso só no dia 19. Sendo assim, o recurso é manifestamente extemporâneo, pois impetrado dezanove dias depois do termo do prazo e dezoito dias depois da extensão possível de mais um dia sem qualquer justificação plausível! Não deixando outra alternativa a este Tribunal do a de não o admitir.

3.1.4. E ainda que, por ventura, passasse por essa barreira processual, e se se aplicasse a orientação adotada pelo Tribunal em *Graça v. AAG-SV* quanto à necessidade absoluta de haver prévio protesto e reclamação, pois, nesta matéria o tribunal já tinha desenvolvido longo arrazoadado interpretativo de acordo com o qual “[a] *questão deve ser analisada dentro de um contexto específico de um órgão com a importância da Assembleia de Apuramento Geral que, de facto, concentra as operações de distribuição de mandatos, o que decorre do artigo 235 e seguintes do Código Eleitoral. Conforme o dispositivo especificamente mencionado, “o apuramento dos resultados das eleições em cada círculo eleitoral e o anúncio dos candidatos eleitos competem a uma assembleia de apuramento geral”*”. Nesse órgão central do processo eleitoral, os partidos podem fazer-se representar com mandatários, que estão autorizados, naturalmente sem direito a voto, a acompanhar todo o processo, e, o que é particularmente relevante para a questão que temos em mãos, reclamar, protestar ou contraprotestar (“*Pode assistir, sem direito a voto, mas com direito de reclamação, protesto e contraprotesto, um mandatário para cada concorrente, podendo fazer-se acompanhar de um assistente*” é o que dispõe o número 3 do artigo 236 do Código Eleitoral). O conclave, nos termos do artigo 237, “*inicia os seus trabalhos às quinze horas do dia seguinte ao dia da realização das eleições, (...)*”, e, conforme o artigo 241 do mesmo diploma, a regra é de que “*o apuramento geral fica concluído até ao terceiro dia posterior às eleições (...)*”. Neste sentido, sendo estas as regras aplicáveis, seria sempre de se esperar – e o legislador atua neste sentido – que todas as candidaturas e, por maioria da razão, as que emanam de partidos políticos registados, estruturados e experimentados, preparem a sua participação em momento tão decisivo do processo eleitoral em moldes a levantar, no tempo e na forma devidos, qualquer questão que possa prejudicar os seus interesses, como seria uma relacionada à conversão de votos em mandatos precedendo determinação sobre o sistema de representação aplicável. Sendo assim seria de se esperar que a candidatura do PAICV, por meio de delegado por si enviado, tivesse reclamado da deliberação da assembleia de apuramento geral. 2.2.4. É facto que não o fez. Todavia, surge a dúvida se realmente a norma aplicável exige prévia reclamação, como muitos dos recursos contenciosos de votação e de apuramento. Não se pode, pelos motivos invocados, trazer à colação o já mencionado artigo 116 (1) da Lei de Organização e de Processo do Tribunal Constitucional, nem o próprio artigo 399 (1) do Código Eleitoral e tão-pouco os artigos 252 e 253 deste mesmo diploma. Do ponto de vista daquéloutro a única referência encontra-se no artigo 119, dispondo-se que “*das decisões sobre reclamações ou protestos relativos a irregularidades ocorridas no decurso do apuramento parcial ou geral,*

respeitantes às eleições para a Assembleia Nacional ou para os órgãos das autarquias locais, cabe recurso ao Tribunal Constitucional". Esta disposição não fixa, pelo menos claramente, nada além de estabelecer a competência deste Tribunal em matéria de contencioso de votação e de apuramento desse tipo de eleição. É verdade que menciona, como se observa facilmente, que são recursos, podendo interpretar-se como se pressupusessem, em tese, decisão, neste caso administrativa, anterior na sequência de impulso de interessado, consubstanciado em reclamação, protesto ou contraprotesto, todavia não é líquido que esta norma abranja, nomeadamente no que toca à identificação de pressupostos recursais, a situação específica que temos em mãos, nomeadamente porque não se trataria bem de uma mera irregularidade, mas de uma putativa aplicação de critério contra ordem de determinação de regime de representação e de conversão de votos em mandatos. Portanto, não é líquido que exista, do ponto de vista do artigo 109 da Lei deste Tribunal ("Em tudo quanto não esteja expressamente regulado no presente título [V: Processos Eleitorais], são aplicáveis aos processos nele previstos as disposições das leis eleitorais"), regulação desta matéria nesta legislação estruturante. Nestes termos, mostra-se razoável, atendendo à sua natureza, nomeadamente a pretensão do recorrente de efetivar o seu direito de participação política que se estende a todos os possíveis beneficiados pela decisão, do interesse público na salvaguarda da integridade do processo eleitoral, o qual, naturalmente, deve culminar com uma representação política conforme às regras jurídicas aplicáveis, e também o princípio do acesso à justiça e da tutela jurisdicional efetiva, trazer à colação o número 2 artigo 243 do Código Eleitoral, o qual estabelece que "Das deliberações da assembleia de apuramento geral cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça a interpor no prazo de vinte e quatro horas a contar do termo do apuramento geral". Esta disposição em especial, estabelecendo um pressuposto temporal, vinte e quatro horas, em nenhum momento reconhece qualquer outra condição, nomeadamente a obrigatoriedade de haver prévia reclamação, pelo que entendemos que não tendo o legislador, de forma clara, restringido o direito de recurso a tal exigência, não pode o Tribunal vir fazê-lo impedindo que o recorrente obtenha uma resposta sobre o mérito da sua demanda. É verdade que esse pressuposto já havia sido considerado indispensável pelo Supremo Tribunal de Justiça enquanto Tribunal Constitucional, com o argumento de que "o objeto do recurso é sempre um acto jurídico de Administração eleitoral lato sensu, no caso em apreço, e contrariamente ao alegado pelo recorrente, não se mostra que a AAG tenha proferido qualquer decisão ou deliberação em resposta aos protestos apresentados junto da Assembleia e, não consta dos autos qualquer documento

comprovativo de tal decisão – e incumbe ao recorrente o ónus da prova desse recurso (...) – o que vale dizer que estamos perante um recurso sem objeto” (Acórdão nº 12/04, de 30 de março, Amadeu Barbosa c. AAG-São Filipe, Rel: JC: João da Cruz Gonçalves), mas parece-nos que atendendo ao seu efeito restritivo sobre o direito de acesso à justiça, a norma em que se amparava, respeitante ao Presidente da República, não pode ser aplicada analogicamente. Ademais, com os desenvolvimentos constitucionais e legislativos em matéria de processo civil e os valores protegidos em matéria eleitoral, tem sido entendimento deste Tribunal que havendo dupla-regulação reveladora de enunciados deônticos incompatíveis entre si ou normas com sentidos normativos ambíguos, em última instância deve-se, em homenagem ao princípio do acesso à justiça e ao princípio da tutela jurisdicional efetiva, fazer prevalecer a que tenha um conteúdo mais amigável da tutela de direitos e de interesses legítimos, neste caso a que permite ao Tribunal conhecer do recurso” (Acórdão nº 22/2016, de 16 de setembro, Rel: JC Pina Delgado, 2.2.4).

De outra banda, já não seria tão fácil deixar de se aplicar o princípio da aquisição progressiva dos atos eleitorais, de acordo com o qual questões não impugnadas de direito eleitoral estabilizam-se completamente a partir do momento que se transita para outra fase do processo eleitoral. Neste caso concreto, a recorrente, depois da afixação do edital com os resultados do apuramento geral permaneceu inerte, permitindo que a Comissão Nacional de Eleições depois de prudentemente ter confirmado se recursos desses atos tinham dado entrada no Tribunal Constitucional e obtido resposta negativa, promoveu, nos termos da lei, a publicação do mapa nacional de eleições, onde constam as informações sobre as eleições realizadas nesta urbe, incluindo as respeitantes a todos os candidatos eleitos. Naturalmente, somente em situações muito excecionais e graves e em que a responsabilidade não pudesse ser atribuída à recorrente poderia reverter tais desenvolvimentos. Neste caso, embora o primeiro critério ainda estivesse por apurar, só à recorrente se pode imputar o facto de vir recorrer depois da publicação dos resultados no jornal oficial da república, com a solenidade que tal ato implica, e a escassas horas do ato de instalação da Assembleia Municipal, da tomada de posse dos seus membros e subsequente empossamento dos eleitos para a Câmara Municipal em cerimónia realizada no dia 20 de novembro, mas seguramente agendada antes.

3.2. Em suma, pelas razões expostas o recurso não é passível de tramitação e de apreciação no mérito, sendo, por motivos naturais, válidos todos os atos subsequentes

praticados pelas diversas entidades que intervieram no apuramento geral e distribuição de mandatos, publicação de resultados eleitorais, instalação de órgãos e investidura dos eleitos municipais.

III. Decisão

Pelos motivos expostos, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não admitir o recurso.

Isento de custas por não serem devidas.

Registe e notifique.

Praia, 23 de dezembro de 2020

Os Juízes Conselheiros

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 31 de dezembro de 2020.

O Secretário,

João Borges